

SEMP ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SEMP ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Semp Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Semp Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Semp Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

A Empresa foi constituída em 29 de novembro de 2024 e iniciou suas atividades financeiras apenas em 2025, portanto, estas são as primeiras demonstrações contábeis dela. Por esta razão, as demonstrações contábeis não são comparativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

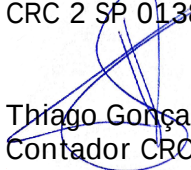


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Handwritten signature of Thiago Gonçalves Marques in blue ink.
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

SEMP ENERGIA LTDA.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota	31/12/2025		Nota	31/12/2025
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.890	Fornecedores e outras contas a pagar	6	120.000
Aplicações financeiras	3	1.318.676	Impostos e contribuições a recolher	-	26.758
Tributos a recuperar/compensar	-	2.296	Obrigações c/ Pessoal	7	330.816
Créditos com empresas ligadas	4	12.657.900	Obrigações Sociais	-	54.249
		<u>13.990.762</u>			<u>531.824</u>
Ativo não circulante			Patrimônio líquido		
Imobilizado	5	11.281.047	Capital social	8	24.210.750
Intangível	-	49.817	Reserva de lucros		579.052
		<u>11.330.864</u>			
Total do ativo		<u><u>25.321.626</u></u>	Patrimônio líquido total		<u>24.789.802</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>25.321.626</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEMP ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2025
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	9	(4.726.812)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos		(4.726.812)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	-	33.337
Despesas financeiras	-	(17.473)
		15.864
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.710.948)
Prejuízo do exercício		(4.710.948)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

SEMP ENERGIA LTDA.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2025
Prejuízo do exercício	(4.710.948)
Total do resultado abrangente do exercício	(4.710.948)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEMP ENERGIA LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2025	-		-	-	-
Capital social	27.211.500	(3.000.750)	-	-	24.210.750
Reservas de lucro	-		5.290.000	-	5.290.000
Prejuízo do exercício	-		-	(4.710.948)	(4.710.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.211.500	(3.000.750)	5.290.000	(4.710.948)	24.789.802

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEMP ENERGIA LTDA.

Demonstração do fluxo de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(4.710.948)
Depreciações	21.799
	<u>(4.689.149)</u>
Aumento/(redução) dos ativos operacionais	
Tributos a recuperar/compensar	(2.296)
	<u>(2.296)</u>
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	
Fornecedores e outras contas a pagar	120.000
Impostos e contribuições a recolher	26.758
Obrigações c/ Pessoal	330.816
Obrigações Socias	54.249
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(4.159.621)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Créditos com empresas ligadas	(157.900)
Imobilizado	(11.302.846)
Intangível	(49.817)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(11.510.563)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Capital social	17.000.750
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>17.000.750</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.330.566</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	-
No final do exercício	1.330.566
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.330.566</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SEMP ENERGIA S.A. Companhia com sede no estado de São Paulo, constituída em 29 de novembro de 2024, tendo início da sua movimentação financeira em 2025.

A sociedade terá por objeto social a exploração do mercado de energia renovável, mais especificadamente geração distribuída e comercialização de energia.

1.1. Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Atualmente, a maior parte das operações da Companhia, relativas à atividade de incorporação imobiliária é conduzida por meio de Companhias controladas enquadradas no Regime Especial de Tributação (RET).

Dessa forma, a Companhia avaliou os possíveis impactos para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e até a presente data, não é possível estimar com razoável segurança os efeitos quantitativos decorrentes da implementação integral do novo modelo tributário.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

2. Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025.

As Demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a Demonstração do Resultado Abrangente em suas Demonstrações contábeis.

As Demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2026.

Estimativas

As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e da sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1. Moeda funcional

As Demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. O imobilizado está líquido de créditos dos impostos e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultado da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectivas, quando for o caso.

2.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

2.5. Mútuos com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos entre a Companhia e suas controladas decorrem de operações realizadas no âmbito da gestão centralizada de caixa (*cash pooling*) e de movimentações financeiras inter Companhias, sem a formalização de contrato de mútuo. A natureza das operações corresponde a adiantamentos e transferências de recursos financeiros entre Companhias do Grupo, podendo haver ou não a incidência de encargos, de acordo com as práticas internas adotadas.

2.6. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - "Demonstração dos Fluxos de Caixa", emitido pelo CPC.

2.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando A Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.8. Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

(ii) mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixas e equivalentes de caixa e contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: fornecedores e outras contas a pagar.

2.9. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

- 2.10. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025 revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026

Atualmente, a Companhia está avaliando possíveis impactos da Reforma Tributária, entretanto, com a manutenção do Regime Especial de acordo com a Lei Complementar nº 214/2025 acreditamos que os impactos serão restritos aos parceiros de nossa cadeia operacional, sem impacto direto relevante em 2026.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação:

	31/12/2025
Ativo	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	11.890
Aplicações Financeiras (a)	1.318.676
	<u>1.330.566</u>

- a. Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB-DI), são aplicações realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

4. Partes Relacionadas

A Companhia possui nesta rubrica o montante de R\$ 108.000 referente a contrato de mútuo com a Caninana, bem como o valor de R\$ 49.899 correspondente a notas de débito relacionadas ao rateio de despesas administrativas e operacionais compartilhadas entre Companhias do grupo:

	<u>31/12/2025</u>
Ativo	
CRÉDITOS COM COMPANHIAS LIGADAS (a)	7.210.000
COLIGADA - SPE - CANINANA	108.000
CESSÃO DE CRÉDITO - DMKO (a)	5.290.000
COLIGADA - SPE - CORREGO FUNDO	7.487
COLIGADA - SPE - MARQUES E ILHA	34.367
COLIGADA - SPE - RANCHO MARRUA	8.045
	<u>12.657.900</u>

- (a) A Companhia possui registrado nesta rubrica o montante de R\$ 12.500.000,00, referente à integralização de capital social realizada por meio de aporte in natura, mediante a cessão de crédito líquido, certo e exigível devido pela DMKO contra a Enelux BH Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. A integralização ocorreu por meio da conferência do referido crédito ao patrimônio da Companhia, em contrapartida à emissão de ações ordinárias, nos termos do instrumento de cessão de crédito celebrado entre as partes.

5. Imobilizado

O valor total do imobilizado é de R\$ 11.281.047,00, sendo segregado nos grupos de máquinas e equipamentos R\$ 217.350,00, obras em andamento R\$ 93.302,00 e UFV Tucano R\$ 10.992.195,00.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil que é estimada como segue:

- Máquinas e equipamentos – 10 anos;
- Equipamentos de Informática – 5 anos;
- Instalações – 10 anos.

	<u>31/12/2025</u>
Ativo	
Imobilizado	
Máquinas e Equipamentos	217.350
Obras em andamento - Escritório	93.302
Obras em andamento - UFV	10.992.195
(-) Depreciações de Máquinas, Equip	(21.799)
	<u>11.281.047</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2025</u>
Custo:				
Máquinas e Equipamentos	-	217.350	(21.799)	195.551
Obras em Andamento	-	11.085.497	-	11.085.497
Saldo Líquido	-	11.302.847	(21.799)	11.281.048

Os valores registrados em obras em andamento referem-se usina fotovoltaica de Tucano, totalizando R\$ 11.085.497. Desse montante, R\$ 93.302 correspondem aos investimentos no escritório corporativo da empresa, enquanto R\$ 10.992.195 referem-se à UFV Tucano, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2026.

6. Fornecedores e outras contas a pagar

A Companhia possui um montante de R\$ 120.000 a pagar, o qual decorre, principalmente, de despesas administrativas do corporativo, aluguéis a pagar:

7. Obrigações com pessoal

A Companhia possui um valor de obrigações com pessoal de R\$ 330.816,00 a pagar, sendo R\$ 110.816,00 folha de pagamento e R\$ 220.000,00 bônus a pagar:

Passivo e patrimônio líquido	<u>31/12/2025</u>
Obrigações c/ Pessoal	
Salários e ordenados a pagar	110.816
Bônus a pagar (a)	220.000
	<u>330.816</u>

- a. O saldo de bônus a pagar ao pessoal-chave da administração refere-se ao desempenho individual dos beneficiários, não estando atrelado ao resultado da Companhia. Esses valores são devidos independentemente do desempenho financeiro da Companhia e serão pagos pela própria Companhia ou por partes relacionadas do grupo.

8. Capital social

Conforme registro na Junta Comercial, o capital social é de R\$ 27.211.500. Desse montante, está subscrito e integralizado o valor de R\$24.210.750,00, restando o valor de R\$ 3.000.750,00 a integralizar, conforme detalhamento a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Patrimônio líquido	
Capital social	27.211.500
Capital a integralizar	(3.000.750)
	<u>24.210.750</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais)

	Percentual de capital social e ações		
	%	Capital Social	Ações
SEMP AMAZONAS S.A.	73,50%	20.000.453	20.000.453
DMKO PARTICIPAÇÕES LTDA	26,50%	7.211.047	7.211.047
Total	100,00%	27.211.2500	27.211.2500

9. Despesas operacionais

As Despesas ocorridas em 2025 totalizam o valor de R\$ 4.726.812,00 e estão separadas na DRE para melhor análise:

	31/12/2025
Despesas operacionais	
Despesas com Pessoal	(3.477.986)
Despesas administrativas	(1.238.956)
Aluguéis de imóveis	(161.604)
Seguros	(11.364)
Material de escritório	(16.475)
Assistência contábil	(47.963)
Serviços prestados por terceiros	(396.266)
Depreciações e amortizações	(21.799)
Serviços advocatícios	(299.972)
Despesas de viagem	(96.874)
Frete e carretos	(177)
Materiais de consumo	(11.332)
Despesas com sistemas	(175.130)
Despesas tributárias	
Taxas diversas	(9.870)
	<u>(4.726.812)</u>

10. Eventos subsequentes

Atualmente, a Companhia possui capital social integralizado no montante de R\$ 24.210.750. Desse total, R\$ 12.500.000 foram integralizados pelos acionistas mediante a conferência de direitos creditórios líquidos, certos e exigíveis detidos contra a ENELUX BH Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.

Posteriormente, esse crédito no valor de R\$ 12.500.000 foi transferido para a Akira Participações S/A, sendo utilizado para aumento de seu capital social. Em contrapartida, ocorreu uma redução de capital na SEMP Energia, refletindo a transferência do referido crédito entre as empresas do grupo.

Em 13 de janeiro de 2026, ocorreu a Assembleia Geral Extra Ordinária, onde foram subscritas 2.576 (duas mil quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias nominativas pela SEMP ENERGIA S.A., com integralização de capital realizada mediante conferência de crédito líquido, certo e exigível, no valor de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil Reais), conforme laudo e documentação regularmente aprovados, detido contra a ENELUX BH ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA.